

A importância da compreensão da categoria trabalho para os profissionais que atuam na educação profissional

The importance of understanding of the work category for professionals who work in vocational education

Recebido: 28/12/2023 | Revisado:
05/11/2024 | Aceito: 15/03/2025 |
Publicado: 28/08/2025

Júlio Cezar Garcia

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1381-5650>

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Goiano – Campus Trindade
julio.garcia@ifgoiano.edu.br

Denise Silva Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5734-9295>

Universidade Federal de Goiás
Denisearaujo17@gmail.com

Lúcia Helena Rincon Afonso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3130-8246>

Pontifícia Universidade Católica de Goiás
luciarincon@gmail.com

Como citar: GARCIA, J. C.; ARAÚJO, D. S.; AFONSO, L. H. R. A importância da compreensão da categoria trabalho para os profissionais que atuam na educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 02, n. 25, p.1-24 e16609, ago. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este artigo discute as noções, conceitos e fundamentos relacionados à categoria trabalho na sociedade capitalista, com o intuito de fornecer uma contribuição para a prática pedagógica dos profissionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), especialmente aqueles que atuam no Ensino Médio Integrado (EMI). O estudo, sustentado em pesquisa bibliográfica, busca estimular uma reflexão sobre a evolução do trabalho no contexto capitalista e sua relevância na formação social. Inicialmente, aborda-se o trabalho como uma atividade criativa essencial para a humanização do ser humano, destacando como essa prática transforma o indivíduo de um ser meramente biológico em um ser social, em um processo de interação contínua com a natureza. Posteriormente, analisa-se de que forma o capitalismo altera essa atividade criativa, resultando em um processo de alienação em que o produto do trabalho adquire primazia sobre o próprio trabalhador, invertendo a lógica de sujeito e objeto. A conclusão aponta que a compreensão dessas contradições é vital para os profissionais da EPTNM, pois permite uma análise crítica dos objetivos e desafios da EMI. Entender essas nuances é fundamental para o alinhamento das práticas pedagógicas com o princípio educativo do EMI, que é estruturado sobre a categoria trabalho, valorizando a formação integral e a emancipação dos estudantes frente às condições impostas pelo capitalismo.

Palavras-chave: Trabalho, Educação profissional, Ensino médio integrado.

Abstract

This article discusses the notions, concepts, and foundations related to the category of work in capitalist society, with the aim of providing a contribution to the pedagogical practice of professionals in Technical and Vocational Education at the Secondary Level (TVESL), especially those who work in Integrated High School (IHS). The study, supported by bibliographic research, seeks to stimulate reflection on the evolution of work in the capitalist context and its relevance in social formation. Initially, work is presented as an essential creative activity for the humanization of individuals, highlighting how this practice transforms a person from a merely biological being into a social being through a continuous process of interaction with nature. Subsequently, it analyzes how capitalism modifies this creative activity, resulting in a process of

alienation in which the product of labor takes precedence over the worker, reversing the subject-object relationship. The conclusion points out that understanding these contradictions is vital for TVESL professionals, as it allows for a critical analysis of the objectives and challenges of EMI. Understanding these nuances is essential for aligning pedagogical practices with the educational principle of IHS, which is structured around the category of work, valuing comprehensive education and the emancipation of students in the face of the conditions imposed by capitalism.

Keywords: Work, Professional education, Integrated high school.

INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse contexto, reflete-se sobre o tipo de sociedade que almejamos ao educar. De acordo com Ramos (2008), podemos optar por uma sociedade que exclui, discrimina, fragmenta e nega direitos, ou podemos visar uma sociedade que inclui, reconhece a diversidade, valoriza os sujeitos e garante direitos sociais plenos.

Assim, refletir sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a sua integração orgânica com o Ensino Médio é pensar no rompimento dessa dualidade, ou melhor, na superação da lógica capitalista da necessidade da formação de alguns que pensam e de outros que executam.

Defende-se neste texto que o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMI) é uma possibilidade para combater a fragmentação do conhecimento, que amplia as desigualdades e promover a exclusão, aprofundando a diferença entre as classes sociais historicamente presentes no Brasil. Entende-se que o ensino médio é um momento crucial da educação básica em que essa realidade se torna mais evidente para a juventude que já se encontra, enfrentando contradições em suas perspectivas, como a preparação para o mercado de trabalho, o ingresso no ensino superior ou a emancipação.

Para Ramos (2008) a integração entre educação profissional e educação básica, presente no EMI, deve ser entendida em três sentidos: a formação omnilateral, que busca a superação da fragmentação do ser humano pela divisão social do trabalho; a indissociabilidade entre educação profissional e educação básica, reconhecendo a importância da dimensão econômica do trabalho; e a integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade, enfocando trabalho, ciência e cultura como dimensões fundamentais no processo formativo.

Dessa forma, compreende-se que o EMI é uma alternativa para a formação de jovens que se comprometam em construir uma sociedade mais inclusiva, valorizando a diversidade, a formação integral dos sujeitos e a garantia de direitos sociais plenos. Esse é o modelo de ensino, presente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Mas, a plena implementação do EMI requer que todos os envolvidos no processo compreendam os seus fundamentos, princípios e conceitos. O documento produzido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SETEC/MEC), denominado de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio – Documento Base (2007), o primeiro elaborado pela SETEC/MEC sobre o EMI, entendeu que essa modalidade de ensino é uma concepção de formação humana que integra todas as dimensões da vida no processo educativo: trabalho, ciência e cultura. Em acordo com essa concepção, entende-se que ela se aproxima de uma perspectiva gramsciana, em que o trabalho, a cultura e a ciência se articulam para promover o desenvolvimento omnilateral dos indivíduos.

O trabalho como princípio educativo desempenha um papel central para integrar as outras duas dimensões no processo formativo do indivíduo. Ele torna-se um eixo articulador, integrando os saberes científicos, culturais e tecnológicos, permitindo que os estudantes compreendam a importância da ciência, da cultura e da tecnologia na produção e transformação da realidade.

Nessa perspectiva, o trabalho é compreendido como uma fonte de aprendizagem e como um meio para o desenvolvimento de habilidades, competências e valores. Ao adotar o trabalho como princípio educativo, o EMI busca promover uma educação que esteja em sintonia com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho. Implica em reconhecer a voz do trabalho na formação dos indivíduos e na promoção de uma educação integral.

No EMI, o trabalho é valorizado como uma dimensão ontológica, relacionado à realização humana e à interação com a vida prática, em seu sentido histórico, vinculado à prática econômica e à participação direta dos indivíduos no trabalho socialmente produtivo. Isso significa que o trabalho como princípio educativo não se limita apenas às habilidades práticas, mas também incorpora uma compreensão mais ampla das relações sociais, econômicas e políticas.

Esse entendimento das dimensões do trabalho no processo de ensino aprendizagem, constitui um dos princípios fundamentais dessa modalidade de ensino. Ao compreender o papel do trabalho na formação omnilateral dos estudantes, os profissionais da educação profissional têm uma visão mais ampla e abrangente do processo educativo. Habilitam-se a reconhecer que a formação integral dos estudantes vai além dos aspectos acadêmicos e técnicos, abrangendo também o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais, éticas e cidadãs.

Para que os profissionais do EMI possam desenvolver práticas pedagógicas efetivas é fundamental que tenham a compreensão dessa categoria que é o princípio educativo dessa modalidade de ensino.

Segundo Garcia (2017)

é necessário que os atores envolvidos no processo conheçam e compreendam a concepção de EMI. É imprescindível para o sucesso da proposta que toda equipe tenha a formação necessária para atuar nessa modalidade de ensino, pois a compreensão de seus fundamentos, princípios e conceitos fará uma profunda diferença na prática pedagógica dos professores e por extensão na transformação da vida de muitos alunos. Assim, o nível de conhecimento desses fundamentos pode conduzir a um

maior ou menor grau de desenvolvimento da proposta de integração. (GARCIA, 2017, p. 204).

Ainda de acordo com Garcia (2017), um ponto vulnerável encontrado para tal superação, corroborado por pesquisas de autores como Cariello (2009), Bentes (2009) e Vasconcelos (2014), está no pouco conhecimento dos professores que atuam nesse nível de ensino quanto aos fundamentos e pressupostos da concepção do EMI. É imprescindível para o sucesso da proposta que toda equipe tenha a formação necessária para atuar nessa modalidade de ensino, pois a compreensão de seus fundamentos, princípios e conceitos fará uma profunda diferença na prática pedagógica dos professores, visto que o nível de conhecimento desses fundamentos pode conduzir a um maior ou menor grau de desenvolvimento da proposta de integração, uma vez que

[...] pôr em prática currículos integrados demanda formação docente continuada, de modo a assegurar o necessário trabalho coletivo e colaborativo dos professores de conteúdos da educação geral e profissional; a compreensão de como desenvolver os princípios educativos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura; o diálogo entre teoria e prática; o pensar e o agir na lógica da interdisciplinaridade; a sintonia com o desenvolvimento tecnológico e o contexto socioeconômico e ambiental (MACHADO, 2011, p. 694).

Assim, o êxito da proposta passa pelo entendimento da necessidade de um percurso formativo que atenda as especificidades e a complexidade dessa modalidade de ensino, sendo primordial a apreensão das categorias fundamentais dessa proposta pelos professores, ou seja, as relações entre trabalho, cultura, educação, formação omnilateral, politecnicidade e escola unitária que são as condições básicas para implementação e consolidação de uma proposta de EMI.

Para tanto, buscamos nesse estudo, trazer à reflexão aos profissionais que atuam no EMI, do alicerce de sustentação dessa concepção, que é o conhecimento da categoria trabalho e suas contradições dentro do sistema capitalista no processo evolutivo do ser humano como ser social. Apressamo-nos em salientar que esse ensaio não tem a pretensão de ser um tratado sobre a categoria trabalho, mas sim de tentar fornecer a estes profissionais, elementos conceituais desse componente constitutivo do EMI no intuito de contribuir para uma melhor compressão dos objetivos e finalidades dessa concepção.

Estas são as ideias que orientam esse estudo o qual está dividido em duas partes. Na primeira, o objetivo é entender o trabalho como atividade criativa do ser humano, como princípio educativo, categoria central do processo de humanização, ou seja, a transformação do ser biológico em ser social pela mediação do trabalho, na sua relação com a natureza e como os outros homens. Já na segunda parte, a finalidade é a compreensão de como o modo de produção capitalista transforma a criatividade do trabalho em um processo de relação entre coisas, com o predomínio do objeto sobre o sujeito. A análise reúne contribuições de pensadores como Lukács, Saviani, Manacorda, Marx e Engels, evidenciando o papel do trabalho na construção cultural e histórica da humanidade.

2 O TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE DO SER SOCIAL

Ao analisar o processo de constituição do ser humano, no qual, por meio de um percurso evolutivo, ele foi capaz de modificar sua relação com a natureza: de um ser biológico totalmente dependente a um ser social dotado de habilidades para modificá-la, buscamos compreender o processo de apropriação da cultura humana pelo indivíduo biológico, ação que o levou ao salto ontológico na constituição do ser social, bem como a gênese e a processualidade evolutiva das diversas formas de inserção desse ser no mundo que se dá em consequência de sua história. Ser que cria valores, culturas e crenças, ou seja, que se apropria daquilo que lhe dá as características de humano.

Ao iniciarmos o problema a ser tratado neste primeiro momento, optamos por centralizarmos nossa investigação, de modo ainda breve, nos estudos feitos por Lukács (2013) sobre a ontologia do ser social, que afirma ser o trabalho a categoria basilar no processo fundante do ser social, pois é por seu intermédio que se tem a gênese do ser humano, com a transformação da base material de sua vida.

É interessante destacar o significado do termo “ontologia”, que vem da combinação dos termos gregos óntos (ser) e logos (estudo), tendo como definição o estudo ou conhecimento do ser. Buscar o conhecimento ontológico é buscar a explicação da razão da existência do ser no mundo real. Por esse viés, emergem perguntas: Qual é o porquê da existência da pedra, do animal, do ser humano? Qual a função desses entes no mundo real? A ontologia tenta responder essas inquietações.

Lukács (2013) concebe a sociedade como um complexo de complexos, tendo como a unidade básica o processo do ser humano. A sua base está estruturada em três grandes formas articuladas entre si: a inorgânica (mineral), a orgânica (biológica) e a social. Tais formas também são conhecidas, dentro da concepção lukacsiana, de esferas ontológicas - que compreendem o espaço onde seres de mesma finalidade se expressam. Segundo Lessa (2007), o mundo natural é composto por essas formas do ser, nas quais a esfera inorgânica comporta todos os seres inanimados (pedra, areia, montanha, reações físico-químicas etc.). Tem como essência de sua continuidade, o constante tornar-se outro (pedra se transforma em pó, o pó se transforma em pedra, o gelo em água), em que sua constituição se dá de forma autônoma, sem a necessidade de outra esfera para sua existência.

Para Lukács (2013) a esfera inorgânica é o fundamento de todos os seres, não há existência que não seja fundada na natureza inorgânica. A sua processualidade evolutiva é marcada pelo tornar-se-outro dos componentes físico-químicos que a constituem. Por meio de uma ruptura ontológica, a esfera inorgânica proporcionou o surgimento de uma nova forma: a esfera orgânica. Segundo Lukács,

[...] a ontologia da natureza inorgânica como fundamento de todo existente é geral pela seguinte razão: porque não pode haver qualquer existente que não esteja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica. Na vida aparecem novas categorias, mas estas podem operar com eficácia ontológica somente sobre a base das categorias gerais, em interação com elas. E as novas

categorias do ser social relacionam-se do mesmo modo com as categorias da natureza orgânica e inorgânica (LUKÁCS, 2013, p. 27).

A esfera orgânica, que tem como representantes as plantas e os animais, possui na sua essência o fato de sua existência se dar pelo ininterrupto processo de repor-o-mesmo, ou seja, a reprodução de si mesma. Assim, a jabuticabeira se reproduzirá em outra jabuticabeira, o coelho em outro coelho etc.

A esfera do ser social se caracteriza pela finalidade de produção do novo, respondendo aos enfrentamentos postos pela natureza com soluções novas “por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira consciente e orientada” (LESSA, 2007, p. 25).

Apesar de serem distintas entre si, as esferas estão ineliminavelmente articuladas dentro de uma processualidade evolutiva obedecendo à legalidade de cada uma, em que sem a esfera inorgânica não existe vida, e sem vida não há ser social. Nas palavras de Lessa (2007),

O ser vivo pode se transformar em ser inorgânico pela morte, que é o momento de destruição da vida. Por sua vez, as substâncias inorgânicas que compõem a matéria orgânica se submetem às leis biológicas, isto é, se integram à reprodução biológica. [...] Entre a esfera inorgânica e a vida há uma ruptura das formas de ser, há uma ruptura ontológica (LESSA, 2007, p. 29).

Para atingir o grau de evolução do ser social, essas formas passam por um processo de transição, pelas rupturas ontológicas, que Lukács (2013) denomina de “salto ontológico”. Esse salto representa a passagem de um nível de ser para outro, qualitativamente diferentes, na qual ocorre uma mudança estrutural nos mesmos. Essa passagem não ocorre de forma linear nem repentina, mas por meio de uma ruptura de uma esfera que engendra a formação de outra, ou seja, o salto de um estado ontológico para outro, no qual não há um desenvolvimento direcionado para um fim determinado. Lukács salienta que

Enfrentar os problemas ontológicos de modo sóbrio e correto significa ter sempre presente que todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser (LUKÁCS, 2013, p. 26).

Assim, na ruptura da esfera inorgânica concebe-se a esfera orgânica que, por sua vez, possibilita o surgimento da esfera social. Ressalta-se que o salto não determina ponto final do novo ser, apenas sua finalidade, pois o ser continua o seu

desenvolvimento podendo passar por um novo salto ontológico ocorrendo uma nova transformação, ou seja o salto determina o início do ser, não o seu fim.

É importante ressaltar que ao ocorrer o salto, a aparição do novo ser não se dá na sua completude. Há um processo evolutivo desse ser que vai se modificando dentro de um desenvolvimento de categorias e legalidades próprias de cada esfera específica, que se dá na negação da esfera anterior. Segundo Lukács,

As novas categorias, leis etc. da esfera dependente do ser manifestam-se como novas e autônomas diante da esfera fundante, mas, exatamente em sua novidade e autonomia, pressupõem estas constantemente como fundamento do seu ser. Disso decorre [...] que a explicitação da peculiaridade categorial de uma esfera dependente nunca fica pronta e completa de uma só vez, mas constitui, ela própria, o resultado de um processo histórico, no qual a constante reprodução da nova forma do ser produz as categorias, as leis etc. especificamente características dela, de modo cada vez mais desenvolvido, autossuficiente – relativamente –, dependente só de si mesma em suas conexões (LUKÁCS, 2013, p. 27).

Destaca-se assim, que nas esferas orgânica e social existe na sua processualidade, uma categoria terminante, comum e própria às duas: a reprodução. Diferentes da esfera inorgânica que, como já vimos anteriormente, tem como característica o “tornar-se-outro”, em que os elementos que a compõe não são seres vivos; nas outras duas formas, o caráter reprodutivo, seja o “repor-o-mesmo” (reprodução biológica) da orgânica ou a produção do novo (reprodução social) no ser social, é o fator preponderante para suas existências.

Para explicitarmos o desenvolvimento das especificidades do processo histórico que levou ao momento preponderante na transição de um nível de ser a outro, entre o ser orgânico (biológico) e o ser social (humano), é que passamos a analisar os vínculos e diferenças desses seres com a finalidade de inquirir sobre a origem do ser social por meio do salto ontológico descrito por Lukács (2013). Entretanto, é conveniente destacar que tal transição não ocorre de forma regular no seu desenvolvimento, mas por meio de uma ruptura (negação) que leva a uma superação em termos qualitativos do ser orgânico pelo ser social que é expresso pela autocriação do ser humano como ser social.

A maioria dos animais (seres biológicos), desde o seu nascimento, tem inscritos em sua carga genética os mecanismos de adaptabilidade à natureza, denominados de instintos e reflexos. Tais mecanismos determinam o grau de especialização da espécie e lhe são repassados geneticamente por seus antepassados.

Quanto mais adaptado à natureza se encontra o animal, maior é seu nível de especialização. Os instintos são capacidades inatas de agir do ser biológico, sendo transmitidos geneticamente por seus pais; e tem como propósito responder às necessidades de sobrevivência do animal (alimentação, reprodução, defesa etc.) e estão repetidos em todos da espécie. Assim, um determinado pássaro fará seu ninho

da mesma forma que seus pais, bem como uma aranha tecerá sua teia como todas da sua espécie. Ressalta-se que em sua ação instintiva, o animal não tem consciência da finalidade de seus atos,

[..]esses atos animais não têm história, não se renovam e permanecem os mesmos ao longo do tempo, salvo no que se refere às modificações determinadas pela evolução da espécie e as decorrentes de mutações genéticas. Mas ainda que ocorram essas alterações, elas continuam valendo para todos os indivíduos da espécie, passando a ser transmitidas hereditariamente (ARANHA E MARTINS, 2003, p. 22).

Diferente da ideia de perfeição que possa transparecer o significado dessa particularidade, tal situação carrega uma rigidez na sua adaptação às mudanças no mundo natural, pois, por se tratar de uma processualidade na qual a essência da sua continuidade é a reprodução do mesmo, o relacionamento entre o meio e os seres vivos, “o momento predominante (...) é como o entorno influi nos seres vivos, promove, permite ou impede a sua reprodução; é isso (...) que determina a conservação ou extinção das espécies, dos gêneros, etc.” (LUKÁCS, 2013, p. 202). Assim,

[...]conforme a natureza se altera impondo mais modificações morfológicas ao organismo, este entra num caminho sem volta acarretando: 1 – a diminuição da possibilidade de sua espécie gerar novas espécies, pois o seu organismo se torna cada vez mais especializado; e 2 – por conseguinte, a sua espécie se dirige a um beco chamado extinção (LOPES, 2011, p. 5).

Já o ser humano é um ser cuja especialização para viver no mundo natural se faz incompleta, pois seus ancestrais percorreram um processo evolutivo diferente: a não-especialização. Tal incompletude, ao invés de ser um problema, revelou-se positiva no processo evolutivo do ser humano visto que, ao contrário dos outros animais que agem de forma instintiva e sem finalidade, o ser humano age de forma consciente executando seus atos com maior plasticidade, escolhendo os meios necessários para atingir os fins propostos. Assim, de acordo com Aranha e Martins (2003), o fazer humano é carregado de finalidades.

O ser humano como ser biológico não-especializado, ser natural, dependente da natureza, possui necessidades físicas imediatas a serem supridas para sua existência e reprodução. Para consumir tais necessidades, ele interage com o mundo natural transformando-o e, assim, produzindo sua subsistência. Nesse sentido, Marx e Engels afirmam que

[...]o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas a mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam

que haja satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico [...]. O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades [...] A terceira relação que intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, que cotidianamente renovam a vida, passam a criar outros homens, a se reproduzir: é a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. [...] A produção da vida, seja da própria vida pelo trabalho, seja de outros, pela procriação, nos aparece a partir de agora como dupla relação: de um lado, como relação natural, de outro, como relação social – social no sentido em que se compreende por isso a cooperação de vários indivíduos, em quaisquer condições, modo e finalidade (MARX E ENGELS, 2006, p. 53-54).

Diante da afirmação acima, Lukács conclui que o momento preponderante da transformação do ser biológico em ser social, ou seja, o salto ontológico entre as duas esferas, se fez por meio da categoria trabalho e pela qual se funda o complexo dos complexos que é o mundo humano.

Faz-se necessário evidenciar que apesar de tratar-se do complexo que funda o ser social, o trabalho não é a gênese dos outros complexos que fazem parte da totalidade do mundo humano como a linguagem e a sociedade, ou seja, a práxis social não se reduz ao trabalho, mas a partir dele se podem analisar as categorias específicas, pois,

[...]ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuimos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p.43-44).

Assim, Lukács nos mostra o protagonismo do trabalho como atividade originária no desenvolvimento da relação do ser social com o natural, levando conseqüentemente a reprodução social realizada na transformação da natureza, pois permite a articulação entre os diversos complexos que compõe a produção da existência social.

Segundo Saviani (2007), o trabalho é a ação humana de transformar a natureza para suprir as suas necessidades que, ao modificá-la, o ser humano também sofre modificações que o leva a se distanciar do mundo natural, gerido pelas leis biológicas, assinalando a passagem do ser biológico ao ser social. Para o autor, a essência do ser humano é o trabalho.

Podemos compreender, na fala de Saviani, que o trabalho não é inato ao ser humano, e sim algo que necessita ser construído pelo próprio indivíduo, diante do surgimento de novas necessidades materiais. Assim, ao agir sobre o mundo natural, por meio do trabalho, tal ação desencadeia nexos causais (sequência de causas e efeitos), pois ao passo que transforma a natureza, o ser humano também se modifica.

Neste mesmo caminho, para Manacorda (2010), a humanidade do ser humano não nasce com ele, ela não é dada pela natureza, mas construída pelo que o autor chama de treinamento durante a sua vida. A formação das habilidades e a construção das estruturas biológicas (musculares e nervosas) são obtidas pelo acúmulo de experiências e sensações resultantes da execução de atos desenvolvidos “nas relações sociais, graças às quais o ser humano chega a executar atos, tanto “humanos” quanto “não naturais”, como falar e trabalhar segundo um plano e um objetivo” (MANACORDA, 2010, p. 26). Assim, o agir humano não é algo instintivo, mas aprendido.

Tais características tiveram como origem o desenvolvimento do trabalho que, por meio do aprimoramento de suas técnicas, levaram à evolução de outras categorias, como a linguagem e a cultura. Importante destacar que como qualquer outro animal, o ser humano possui necessidades biológicas básicas necessárias à sua sobrevivência (alimentação, proteção, reprodução), mas difere dos outros seres ao criar novas necessidades ao satisfazer as primeiras. Segundo Marx (2008),

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na[sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (MARX, 2008 p. 85).

Para Engels (2004), o trabalho é a condição básica fundamental para a existência humana. Há uma relação metabólica de mútua transformação entre o ser humano e o mundo natural, no qual o ser humano se naturaliza e a natureza se humaniza. Pelo trabalho o ser humano é capaz de interagir com a natureza, modificá-

la, subsistir e reproduzir-se por meio dos produtos gerados nas modificações realizadas.

Nesta mesma perspectiva, Lukács (2013) conceitua trabalho como atividade humana que transforma a natureza a fim de obter os bens necessários à reprodução social. Em virtude disso, “no trabalho estão contidas in nuce todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2013, p.44).

A passagem do ser biológico ao ser social ocorre no processo dialético entre o ser humano e a natureza, mediado pelo trabalho. Ao agir sobre a natureza, o ser humano também se modifica desenvolvendo novas funções em sua estrutura física (cérebro, mãos etc.). Um exemplo desse salto consiste na comparação da mão do macaco com a mão do ser humano, desenvolvida por Engels (2004) ao destacar a

[...] grande distância que separa a mão primitiva dos macacos, inclusive os antropóides mais superiores, da mão do homem, aperfeiçoada pelo trabalho durante centenas de milhares de anos. [...] O número das articulações e dos músculos, sua disposição geral são os mesmos nos dois casos; mas a mão do selvagem mais atrasado pode realizar centenas de operações que nenhum macaco pode imitar. Nenhuma mão de macaco jamais produziu a mais rústica faca de pedra (ENGELS, 2004, p. 13).

Nesse processo, o ser humano descobre novas formas de utilização dos instrumentos de trabalho e altera a sua forma de relação com os outros homens. Segundo Engels (2004),

[...] em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas [...] o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta [...] tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade (ENGELS, 2004, p. 15).

Dentro das formas societais, da mais simples a mais complexa, o desenvolvimento do trabalho tem papel importante no surgimento das inter-relações dos homens, pois, além do domínio da natureza, o ser humano passa a mediar seu comportamento dentro das suas relações com o mundo social e histórico o que resulta na constituição da cultura. Dessa forma, após satisfazer suas carências básicas por meio do trabalho, o ser humano constitui novas necessidades que darão origem a formas complexas como a educação, a arte, a ciência etc. Segundo Antunes,

[...] no seu sentido primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa

relação homem natureza, desenvolve-se inter-relações com outros seres sociais, também em vistas à produção de valores de uso (ANTUNES, 2009, p. 139).

Apoiado nos trabalhos de Marx e Engels, Lukács (2004) deixa claro que o trabalho é a pedra fundante do homem como ser social e, nessa perspectiva teórica, não seria exagero assegurar que o trabalho é uma atividade específica do ser humano. Assim, concordamos com Marx (2004) quando afirma que o trabalho, em relação ao mundo objetivado, é uma forma exclusivamente humana e o elemento fundante do ser social, ou seja, sua protoforma ou sua forma originária. Constitui a primeira forma de atividade humana: “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2004, p. 30). De acordo com o fundador do Materialismo Histórico Dialético,

[...] pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2006, p. 44).

No processo de trabalho, a forma de intervenção do ser humano na natureza se dá pela mediação dos objetos de trabalho que requerem do ser humano, em relação à sua utilização, o desenvolvimento de habilidades não só práticas, mas também reflexivas. Todo esse procedimento é realizado de forma planejada e orientada a um determinado fim.

Lukács (2013) chama esse projetar da consciência de prévia-ideação, ou seja, a ideia transformada em objeto é a consciência objetivada, no processo de materialização do idealizado em objeto (objetivação). Ele afirma que apesar de ser um momento abstrato, a prévia-ideação exerce uma força material nos atos sociais, pois determina o comportamento do ser humano na execução da atividade idealizada.

Ao projetar os resultados de sua práxis, o ser humano está exteriorizando sua subjetividade, ou seja, ele está confrontando seus conhecimentos e suas habilidades em uma relação dialética com o mundo natural, o que o faz conhecedor do mundo exterior, ao mesmo tempo em que interage com as causalidades da natureza, modificando-a. Esse “agir sobre” desenvolve novas habilidades e conhecimentos em uma causalidade posta, criada pelo ser humano, a qual podemos chamar de “produto do trabalho”, ou seja, a ideia objetivada, que altera uma realidade já existente. Tal processo leva a novas determinações que, por sua vez, criam novas necessidades que só poderão ser supridas com outros conhecimentos e habilidades a serem adquiridos. Disso resulta uma acumulação social que tem a finalidade de atender às necessidades humanas em uma ação teleológica, ou seja, uma atividade adequada a um fim.

Nesse processo de objetivação, a fabricação de um produto não pode ser entendida apenas como um meio de atender as necessidades do ser humano, pois no processo de sua construção ele não só modifica a realidade da matéria, mas pelo ato do trabalho o indivíduo adquire novos conhecimentos e habilidades que alteram também sua realidade. Assim, ao objetivar sua consciência o ser humano produz situações históricas que vão impactar diretamente no seu desenvolvimento como indivíduo e também na evolução social da comunidade onde está inserido.

Nesse sentido, diferente dos outros animais, que operam de forma instintiva, ou seja, ignoram a finalidade de sua ação, o ser humano ao agir sobre a natureza, o faz de forma intencional. Essa intencionalidade é fruto da consciência, da subjetividade humana (conhecimento, habilidades, emoções etc.), que ocasiona antever, de modo abstrato, todo processo de criação (escolha dos materiais, utilização dos instrumentos de trabalho), bem como o resultado de uma nova realidade (objeto pronto) antes de sua concretização. Os atos humanos são voluntários e conscientes da finalidade pretendida. Tal processo de idealização é bem exemplificado por Marx na diferenciação do arquiteto e da abelha. Para ele,

[...] o que distingue, de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2004, p. 30).

É bom salientar que o acúmulo social desses novos conhecimentos e habilidades se deve principalmente à transmissão, de geração em geração, do desenvolvimento e fixação das técnicas de meios de trabalho. Isto posto, nos mostra outro caráter de suma importância do trabalho no desenvolvimento da sociedade, a reprodução social. Com a construção de relações sociais mais abrangentes na sociedade, há um crescimento da articulação e integração entre os indivíduos tornando a vida em sociedade heterogênea e complexa.

Dessa forma, trabalho tem também o caráter de socialização e cooperação social entre os seres humanos. Por meio dessa cooperação, dessa convivência grupal, dessa interação social, os homens sentiram a necessidade de uma comunicação, diferente da comunicação gestual, que os levassem a uma coordenação múltipla do trabalho surgindo a linguagem por meio de sons. Assim,

[...] o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta [...] tinha de contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade. Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram a necessidade de dizer algo uns aos outros. [...] Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano – que apesar de

toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e perfeição. E à medida em que ele desenvolvia o cérebro, desenvolvia-se também seus instrumentos imediatos: os órgãos do sentido (ENGELS, 2004, p. 15-16).

A partir do desenvolvimento da linguagem falada, dos órgãos dos sentidos e da convivência em grupo, surge o ser humano como ser social. Como esses atributos se desenvolveram a partir do trabalho como uma ação transformadora da realidade, pode-se dizer que “o trabalho é a atividade humana por excelência, pela qual o ser humano intervém na natureza e em si mesmo. O trabalho é condição de transcendência e, portanto, é expressão da liberdade” (ARANHA E MARTINS, 2003, p. 25).

3 A SUBSUNÇÃO DO SER SOCIAL PELO CAPITAL

Até este momento procuramos analisar o trabalho como ato criativo, decisivo no salto ontológico do homem, na sua conformação de ser biológico dependente da natureza, ao homem ser social mediador e transformador do mundo natural. A partir de agora, analisaremos outro momento do trabalho: seu aspecto de restrição da liberdade de criação e consequente alienação do homem.

A transformação da natureza mediada pelo trabalho possibilita ao ser humano satisfazer suas carências. À medida que tais carências são saciadas, porém, surgem outras que o levam a novas relações históricas. Assim, a história humana, construída por meio da organização do trabalho na sociedade, se desenvolve de formas diferentes no decorrer do tempo.

O homem é, de fato, um ser em permanente construção, que vai se fazendo no tempo pela mediação de sua prática, de sua ação. Ele é, assim, um ser histórico, que vai se criando no espaço social e no tempo histórico. Portanto, o homem não é apenas uma realidade dada, pronta e acabada, mas fundamentalmente um sujeito que vai reconstruindo aos poucos a sua própria realidade. É por isso que o homem também é aquilo que se faz. E essa construção histórica que o homem faz de si mesmo começa a partir de seu relacionamento imediato com a natureza (SEVERINO, 2007, p. 150).

Refletindo sobre essas relações sociais que o ser humano construiu garantindo sua sobrevivência, e sobre as que ele vem construindo historicamente, é possível perceber que as diferenças que marcam as configurações de vínculo social do ser humano, ao longo do tempo, residem na constituição da estrutura que o trabalho recebe no processo de transformação da natureza. Tal estrutura é que determina as formas de relacionamento dos homens entre si, em que “cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho”, definindo, assim, o tipo de sociedade em que vivem, seja o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo ou o capitalismo (MARX e ENGELS, 2006, p. 46).

Em um primeiro momento, não havia uma divisão institucionalizada da organização do trabalho. Todas as atividades recaíam sobre todos os membros da comunidade, não existindo uma divisão social definida. O que se tinha era uma certa divisão técnica do trabalho, na qual uns plantavam, outros caçavam, outros iam para guerra, outros comercializavam (SEVERINO, 2007). Assim, todos trabalhavam e tinham acesso ao produto do trabalho. Importante destacar a inexistência de excedente de produção nessas comunidades, uma vez que a produção visava o uso.

Os seres humanos estavam dispostos em pequenas comunidades, em cuja organização não existia grau de hierarquia e sim a prevalência dos laços de sangue assentados sobre a propriedade comum da terra. Para Aníbal Ponce (2007), a divisão existente estava relacionada à idade e ao sexo, mas nada que colocasse um ser humano em posição de inferioridade perante os outros. Em um primeiro momento, não havia uma divisão institucionalizada acerca da organização do trabalho no seio dessa comunidade. Todas as atividades (caçar, pescar, plantar, colher etc.) recaíam sobre todos os membros, não existindo uma hierarquia social definida entre os indivíduos.

Assim, todos trabalhavam e todos tinham acesso ao produto desse trabalho. Não existe um dono das terras ou das ferramentas, ou seja, não havia a propriedade privada e inexistia o excedente de produção nessas comunidades, pois, em seu seio, a produção visava o uso. Toda produção pertencia à comunidade e, por isso, era dividida entre todos os seus integrantes.

Ponce (2007) registra ainda que a forma de trabalhar a natureza era precária, utilizando-se apenas instrumentos de trabalho rudimentares, o que não permitia a acumulação de produtos, sendo que a produção se destinava apenas para a subsistência da tribo. Assim, dispoendo apenas de recursos básicos para produção,

[...] é perfeitamente compreensível que a tribo despenda todas as horas de cada dia só para substituir o que foi consumido no dia anterior. Se o estágio de desenvolvimento de uma sociedade deve ser avaliado pelo domínio que ela conseguiu sobre a natureza, é evidente que o nível das comunidades primitivas não poderia ser mais baixo. Escrava da natureza, a comunidade persistia, mas não progredia (PONCE, 2007, p. 17 e 18).

Com o passar dos tempos, por meio de um processo de interação coletiva, os indivíduos foram desenvolvendo novas formas de relacionamento com a natureza, como a domesticação de animais e o desenvolvimento de técnicas e instrumentos para cultivar a terra,

[...] já que, ao contrário dos demais seres vivos, para retirar da natureza os elementos que necessitam, eles criam meios e instrumentos, prolongam, agilizam e versatilizam os seus órgãos de sentidos e os membros do seu corpo. Essa é a origem da técnica, pela qual os homens criam ferramentas e instrumentos mediante os quais vão interferir na natureza para transformá-la em seu benefício (SEVERINO, 2007, p. 143).

O domínio dessas novas técnicas resultou numa mudança na forma de viver dessa sociedade, posto que elas deram aos seres humanos a possibilidade de serem produtores de alimentos e criadores de animais, o que viria a garantir sua subsistência. Deixando sua condição de sujeito nômade, o ser humano fixou-se à terra, visto que não era mais necessário promover a busca por alimentos.

A inovação das técnicas (desenvolvimento das forças produtivas) levou a sociedade primitiva ao aumento da sua capacidade de produção culminando na geração de produtos acima do básico para satisfazer suas necessidades de subsistência. Entretanto, há de se ressaltar que mesmo com a inserção de tais avanços tecnológicos para a época, o trabalho ainda se mostrava dispendioso e cansativo aos indivíduos da comuna, não lhes sobrando o tempo necessário para o gerenciamento do excedente de sua produção, bem como das novas exigências criadas em virtude das alterações sociais sofridas no estilo de vida das pessoas relativo aos padrões de cultura, política, administração e economia - tarefas até então não experimentadas pela sociedade primitiva, visto que até momento não se tinha uma clara correlação entre as necessidades e a produção.

A partir do domínio da técnica, o ser humano começou a desenvolver maiores conhecimentos a respeito da natureza. Tais conhecimentos levaram-no a planejar e a executar de forma mais eficiente suas ações e isso alterou não só sua forma de interação com a natureza, mas também o seu relacionamento com os outros seres humanos.

A partir de então, o processo produtivo adquire uma conotação de processo social constituído de dois elementos básicos: a força produtiva, composta pela atividade do ser humano e suas habilidades em transformar a natureza; o objeto a ser transformado e os meios de produção (ferramentas, técnicas etc.) para transformar o objeto; e as relações de produção - interação entre os seres humanos em função dos meios de produção e a divisão social do trabalho.

Ao introduzir esses novos conhecimentos no desenvolvimento da força produtiva (novas técnicas, instrumentos de trabalho etc.), as pessoas dessas sociedades primitivas deram os primeiros passos planejados para alteração da realidade em que estavam inseridos, modificando não só a produção de sua existência, mas também suas relações sociais por meio da divisão das atividades produtivas entre os membros dessa sociedade, levando ao aparecimento de classes sociais.

Refletindo sobre as relações sociais construídas historicamente pelo ser humano para garantir sua sobrevivência, percebemos que as diferenças nas configurações sociais, ao longo do tempo, são determinadas pelas formas de relacionamento dos homens entre si e com a natureza, definidas por meio do trabalho.

Esse desenvolvimento das forças produtivas ocasionou que a produção começasse a gerar excedentes, que passaram a ser trocados entre diferentes grupos. Para Enguita (1989), a partir da produção para troca, ocorreu uma ruptura entre a produção e o consumo, ou seja, o ser humano passou a produzir também para a troca, o que levou à apropriação individual da terra. Surgiu, assim, a propriedade privada que levaria à dissolução da produção comunal e cederia lugar à comunidade baseada na troca. Deste modo, "já estão dadas as bases a partir das quais se poderá chegar

àquele que é seu fim, ou seja, simplesmente produzir mais para ganhar mais” (ENQUITA, 1989, p. 13).

Com uma nova forma de estruturação social baseada na propriedade privada e na divisão dos homens em duas classes sociais, a dos proprietários e a dos não proprietários, principiou-se, então, o que Marx e Engels (2006) chamam de segunda forma de propriedade, denominada comunal e estatal na antiguidade, que resultou da união de várias tribos em uma única cidade, por contrato ou por conquista. Com essa nova base instituída, iniciou-se uma disputa por territórios que leva à formação de exércitos. Por meio das guerras, as tribos vencidas eram subjugadas pelos vencedores e suas terras repartidas. Os conquistados se tornavam propriedade do Estado e eram enviados às terras dos nobres, para trabalhar como escravos.

O trabalho passou a ser exclusividade dos escravos, surgindo a sociedade escravista, na qual o modo de produção se assentava na exploração de uma classe por outra, ou seja, na exploração do ser humano pelo ser humano. Nesse modo de produção, a terra, os instrumentos de trabalho e os escravos eram propriedade de um senhor. Vale ressaltar, nesse período, o surgimento do Estado como forma de garantir os direitos dos detentores da propriedade privada.

Na Europa, esse modo de produção entrou em declínio, com a divisão do império romano e seu conseqüente enfraquecimento militar, que propiciaram a invasão de seus territórios por outros povos. Com a insegurança nas cidades, as pessoas começaram a se refugiar no campo, emergindo a terceira forma de propriedade conhecida: o feudalismo.

O feudalismo advém dos feudos que eram extensão de terras pertencentes à nobreza feudal ou à igreja. Nesse modo de produção, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho servil (MARX; ENGELS, 2006). A cada família de servos era destinado um pedaço de terra, conhecido como gleba, a qual deveria cultivar. Os servos, apesar de não serem escravos, estavam vinculados à terra de forma definitiva. Como pagamento pela utilização da terra, o servo deveria dar ao seu senhor o excedente de sua produção. Dentre as características desse modelo organizacional da sociedade, destaca-se a economia baseada na agricultura de subsistência e o trabalho servil.

Apesar de a maioria da população feudal ser essencialmente agrária, as cidades também tinham sua produção. Elas eram formadas basicamente pela migração de pessoas originárias do campo, que tinham nas cidades uma forma de se verem livres da servidão dos senhores feudais. Esses trabalhadores procuravam trabalho junto aos artesãos que formavam, com outros, as corporações de ofício que detinham a força hegemônica da produção, comércio e formação nas cidades. Com o intuito de fortalecer a economia interna, os governos das cidades passaram a estimular as exportações e a proteger seus produtos, incentivando o desenvolvimento de novos procedimentos para a produção de manufaturas e para a distribuição dos produtos no mercado. O processo de produção tinha que ser dinâmico para proporcionar uma maior distribuição e rapidez dos produtos no mercado. Diante dessa nova dinâmica, as corporações de ofícios que, até então, eram as responsáveis pela regulação da produção e comércio nas cidades, entraram em decadência, uma vez que, tanto o seu processo de produção quanto a formação de trabalhadores eram lentos. Assim, “o ensino nas corporações perde sentido e estas instituições passam a

constituir entrave à acumulação, por manterem em segredo os conhecimentos técnicos da época” (MACHADO, 1989, p. 38).

De posse do capital, o proprietário dos meios de produção passou a arrebanhar os artesãos sem trabalho em um único lugar, fornecendo-lhes a matéria-prima e os instrumentos necessários para a produção, comprando sua força de trabalho por meio do pagamento de um salário.

Nesse processo, a especificidade do artesão foi contraposta à formação de uma coletividade de trabalhadores, cooptada pela força produtiva social do capital, que tinha como objetivo a cooperação, visando ao aumento da produção em favor do capital. De acordo com Marx (1996), o processo de produção capitalista teve início por meio dessa coletividade, chamada por ele de cooperação simples. Segundo Machado (1989),

[...] a cooperação simples, forma inicial da organização capitalista de trabalho, significou um grande avanço para a produção, constituindo o germe para a evolução de formas mais complexas de cooperação, e conseguiu apesar deste desenvolvimento, sobreviver ao lado das demais. O que dá especificidade ao modo de produção capitalista é sua forma cooperativa (seja ela simples, baseada na divisão do trabalho ou na maquinaria) e significou, historicamente, o desenvolvimento da capacidade de produção do ser humano (MACHADO, 1989, p. 19).

Ao se sujeitar ao trabalho na manufatura, o trabalhador deixou de ser o proprietário dos meios de produção, que passaram a estar sob o jugo do capitalista. Desta forma, ao subordinar-se à divisão do trabalho, o trabalhador alienou-se do conhecimento sobre o seu labor. Neste processo, foi constituída uma nova forma organização do trabalho, que pressupunha o empobrecimento da maioria das funções.

Em favor da diminuição do custo da mercadoria, seja por meio do aumento do tempo de trabalho (mais-valia absoluta) ou pela diminuição do tempo de sua produção mediante ao desenvolvimento de novas tecnologias (mais-valia relativa), o trabalhador que, até então, por intermédio de seu labor, tinha o domínio global da produção – ou seja, o conhecimento de todos os aspectos do ofício e o fazer de todas as etapas até chegar ao produto final – passou a constituir apenas uma engrenagem de todo o processo produtivo, destinando-se à realização de tarefas parciais na produção. Nessa unilateralidade, o trabalho foi decomposto em partes, cada uma a cargo de um trabalhador específico.

A manufatura cria, portanto, em todo ofício de que se apossa, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos os custos de

aprendizagem desaparecem por inteiro, para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho. Ocorrem exceções na medida em que a decomposição do processo de trabalho gerava novas funções compreensivas que no artesanato ou não existiam ou não na mesma extensão. A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho (MARX, 2008, p. 465-466).

Configura-se, assim, a criação de um sistema de produção orgânico em que a reunião de trabalhadores parciais deu vida ao trabalhador coletivo. O requisito da autonomia e o conhecimento da totalidade na confecção das mercadorias, antes exigidos dos mestres artesãos, foram reduzidos a operações particulares que levam a uma desqualificação do trabalho, bem como daquele que o executa, pois o que se exige são qualificações parciais (força, destreza, atenção etc.) para cada nível de tarefa.

Por meio do crescimento comercial e urbano, possibilitado por essa fase inicial de acumulação do capital, o mundo assistiu à ascensão de uma nova classe social, a burguesia e, com ela, um novo sistema de produção. Os ofícios e o comércio, até então desvalorizados em detrimento da agricultura, passam a ser estruturados nesse novo modo de produção como fonte de riqueza.

Uma das características a serem salientadas, neste sistema, é a subordinação do trabalho ao capital que resulta da sobreposição da divisão técnica do trabalho por outra forma de partilha: a divisão social do trabalho em níveis hierárquicos, tendo como princípio a máxima valorização do capital. Tal subordinação fez nascer um sistema de metabolismo social do capital em que “os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido” (ANTUNES, 2009, p. 21).

Dentro do sistema capitalista, o trabalho foi desnudado de sua característica criadora e revestido por uma estrutura alienadora que o transforma em mercadoria. Segundo Marx (2008, p. 169), nas sociedades em que ocorreu o domínio do modo de produção capitalista, suas riquezas passaram a se caracterizar por uma “imensa coleção de mercadorias”.

Nessas sociedades, o trabalho também aparece como uma mercadoria. O processo de transformar a natureza para satisfazer suas necessidades é modificado. Para sobreviver, o homem não mais extrai de forma direta da natureza os elementos para o seu sustento. Para sobreviver, o trabalhador agora vende sua força de trabalho no mercado.

Assim, aquela base teleológica do trabalho, ou seja, a sua ação consciente, intencional e deliberada que determina um fim, um objetivo, foi substituída por uma força alienadora regulada pela necessidade da propriedade privada que expropria o trabalhador dos meios de produção e apropria-se das potencialidades e habilidades conquistadas, ao longo do tempo, pela ação criadora do trabalho. Esse processo leva

ao afastamento do trabalhador daquilo que o tornou um ser social e o transforma em uma mercadoria.

Tirar do homem a condição originária de se produzir enquanto homem – ou seja, de todo homem poder apropriar-se pelo trabalho em relação com os demais homens, da natureza para transformá-la em seu benefício, ou romper com esta relação originária sob a forma capitalista privada de apropriação – é tirar e eliminar as condições de existir do homem (FRIGOTTO, 2001, p. 73).

Vivencia-se, assim, a desqualificação do trabalhador que, pelo distanciamento do domínio do processo global de produção, foi destituído do ter, do conhecer e do fazer e passou a executar apenas atividades parciais na produção. Nesse processo, o produto final do trabalho assumiu um caráter alheio ao trabalhador, visto que a motivação para o trabalho não se encontra mais na sua objetivação final que seria a utilidade do bem produzido, a apropriação natural do objeto pensado e realizado pelo homem, isso porque tal bem não lhe pertence mais. O produto final, agora, passou a ter o significado de mercadoria e estar sob o poder daquele que detém os meios de produção.

O trabalho, no sistema de produção capitalista, tornou-se um objeto como todas as outras coisas que podem ser compradas ou vendidas. O preço pago pelo trabalho está ligado ao valor necessário para a reprodução do trabalhador, ou seja, para a compra de gêneros de primeira necessidade, moradia, remédios, enfim, itens que garantam sua sobrevivência e a de sua família.

Nesse contexto de transformações, no qual a estrutura produtiva torna-se complexa, o ser humano experimenta uma nova realidade, a passagem de uma existência exclusivamente biológica a uma existência social. Consequentemente, essas mudanças afetam o processo de trabalho, em que não mais se reduz à atividade material de transformação da natureza em um objeto material. A partir de agora entra em cena outra atividade, na qual o resultado do trabalho não é um objeto palpável, mas apesar de não ser tangível, dele resulta um efeito de utilidade ao ser humano. Uma vez colhidos os grãos, os mesmos devem ser acondicionados em um local adequado. O trabalho de acondicioná-los não resulta em uma transformação da natureza, não há um objeto a ser construído. Entretanto, o ato de estocar os bens produzidos tem consequências positivas para a comunidade, uma vez que os produtos armazenados tem como vantagem a diminuição das perdas, já que se prolonga sua vida útil. Outra situação é a administração e a distribuição desse estoque à comunidade.

Destaca-se, nesse processo, a liberação das atividades do trabalho material de alguns indivíduos para desempenharem funções necessárias no conjunto da produção social dentro da comunidade. Tais personagens, chamados de “funcionários” por Ponce (2007), tinham como finalidade a guarda, administração e distribuição dos produtos produzidos pela comunidade, ou seja, tinham a função de gerenciar a parte comum reservada à sobrevivência do grupo. Inicialmente, essas pessoas não dispunham de qualquer privilégio perante o restante da coletividade, apesar de dispor de indivíduos ao seu comando para as tarefas. Segundo Ponce (2007), o fato desses indivíduos não atuarem na produção propriamente dita, era

aceito de forma espontânea e voluntária pela comunidade, uma vez que desempenhavam uma função útil ao grupo. Mas devemos realçar que, com o tempo, essa particularização beneficiou esses indivíduos, pois, “ia surgindo essa nova característica, que iria se acentuar, cada vez mais, na comunidade em transição: a direção do trabalho se separa do próprio trabalho, ao mesmo tempo que as forças mentais se separam das físicas (grifos do autor)” (PONCE, 2007, p. 24).

O que se depreende é que, no modo de produção capitalista, o trabalho foi desvirtuado de seu objetivo natural, de produtor de valor de uso, ou seja, de trabalho útil baseado na produção criativa e passou a ter como finalidade a exploração da energia do trabalho humano com fins de lucro. Para Frigotto (2001),

[...] o processo de trabalho, que é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, condição natural e eterna da vida humana, recebe uma determinação social histórica, e é convertido em trabalho genérico, abstrato, um trabalho separado dos sujeitos – força de trabalho (FRIGOTTO, 2001, p. 96).

Ao separar do trabalho sua força criativa, o capital abstraiu do homem o produto do seu trabalho, tornando tal produto estranho ao indivíduo que o produz. O homem, em sua atividade laboral, se viu impedido de se constituir em um ser realizado. Essa não realização no trabalho, esse estranhamento, é o que Marx (2008) chamou de alienação.

O sistema capitalista engendra em si contradições no processo de apropriação do produto do trabalho humano e também o faz na forma de apropriação do conhecimento. Ao mesmo tempo em que incentiva o desenvolvimento científico e tecnológico, causa no seu interior uma hierarquização das funções produtivas: a separação entre a teoria e a prática, trabalho manual e trabalho intelectual, ações de planejar e executar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imperativo aos profissionais que trabalham com a concepção do EMI, o entendimento da categoria trabalho e suas contradições na sociedade capitalista, pois é a partir dele, que tal concepção fundamenta e estrutura toda sua metodologia de aprendizagem como princípio educativo. Conhecer suas facetas e como suas transformações afetam a sociedade, perpassam aos aspectos de uma organização pedagógica alcançando quesitos históricos, filosóficos e ideológicos necessários a compreensão dessa modalidade de ensino enquanto possibilidade de uma educação omnilateral de qualidade aos filhos da classe trabalhadora em contraponto e superação aos interesses do capital que propõe a formação unilateral do ser humano para o mercado de trabalho. É condição *sine qua non* a percepção que o EMI não se trata apenas de uma junção de disciplinas técnicas profissionais com as disciplinas propedêuticas com o objetivo final apenas a formação técnica, mas sim a integração

dessas disciplinas para além da técnica, com vistas a uma formação de um ser político preparado para o enfrentamento da realidade da sociedade capitalista e a busca por sua transformação e superação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia Arrudas; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.

BENTES, Haroldo de Vasconcelos. **Concepção e prática do ensino médio integrado: a percepção dos professores da ETF Palmas – Tocantins**. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

CARIELLO, Laura Isabel de Lucena. **Implementação do currículo integrado do curso técnico de eletrotécnica no CEFET – PA/ Uned Tucuruí**. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: ANTUNES, Ricardo Luis Coltro (org). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2001.

GARCIA, Júlio César. **O ensino médio integrado no Instituto Federal Goiano: a percepção de professores sobre os desafios e possibilidades para a consolidação da formação humana integral**. Tese (Doutorado em Educação). Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

LOPES, Adriano Jorge Torres. **Contribuições marxistas acerca da evolução biológica dos primatas como condição para o surgimento do ser social – primeiras aproximações.** V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo Marxismo, Educação e Emancipação Humana 11, 12, 13 e 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil.

LUKÁCS, György. **Ontologia del ser social: el trabajo.** Buenos Aires: Herramienta, 2004.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politecnia, escola unitária e trabalho.** São Paulo: Cortez, 1989.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **O desafio da formação dos professores para a EPT e proeja.** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2010

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de valorização.** In: ANTUNES, Ricardo Luis Coltro (org). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã – Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões Materialista e Idealista.** São Paulo, SP, Martin Claret, 2006.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado.** Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, 2008. Disponível em http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf . Acesso em: 04 jun. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. vol. 12, n. 34, p. 152-180, jan/abril de 2007.

SEVERINO, Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 2007

VASCONCELOS, Rosa Maria Oliveira Teixeira de. **Um olhar sobre a prática docente no ensino médio integrado em uma unidade da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Pernambuco**. 2014. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, Caruaru/PE.